

Apoio



Rubens Naves • Santos Jr. • Hesketh
Escritórios Associados de Advocacia



*1000 Mulheres
para o
Prêmio Nobel da Paz
2005*

ÍNDICE

• Apresentação	3
• Equipe do projeto	4
• Mulheres	6

A médica pediatra Zilda Arns (1943) ficou conhecida, no Brasil e no mundo, ao fundar a Pastoral da Criança – organização ligada à Igreja Católica. Com impressionante capacidade de organização e de trabalho, Zilda coordena um trabalho que está presente em 3.757 municípios brasileiros. A filosofia da Pastoral da Criança não é dar o pão, mas multiplicar a informação para melhorar a nutrição, a higiene, a água, a vida enfim. Uma vez por semana, nos mais longínquos rincões do País, é feita a pesagem das crianças atendidas pela Pastoral. Este dia chama-se, como Zilda gosta de ressaltar, O Dia da Celebração da Vida.



Zilda Arns Neumann
médica, gestora social
Paraná

“Se o trabalho for para o bem, vou até o fim”



Zuleika Alembert
ativista política, feminista
Rio de Janeiro

Aos 83 anos, Zuleika Alembert (1922) é uma mulher que exala vigor físico e, sobretudo, uma impressionante lucidez intelectual quando defende a união entre a preservação do meio ambiente e a igualdade entre homens e mulheres. Lutou contra a ditadura de Getúlio Vargas e, aos 25 anos, foi eleita deputada constituinte em São Paulo pelo Partido Comunista do Brasil. Dentro do PCB, lutou pela formulação de uma política específica para mulheres. Foi uma das fundadoras do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Desde 1992 aderiu à vertente ecofeminista, que propõe a união dos temas de gênero com os do desenvolvimento sustentável. Autora de oito livros, acaba de publicar a coletânea de artigos A Mulher na História – a História da Mulher.

“Sempre andei adiante do meu tempo e isso pode ser penoso”

Coordenação Mundo

- Aida AbusRas (Jordânia)
- Anita Mir (Paquistão)
- Asha Elkarib (Sudão)
- Cecile Mukarubuga (Quênia)
- Clara Charf (Brasil)
- Fadila Memisevic (Bósnia-Herzegovina)
- Fatoumata Maiga (Mali)
- Kamla Bhasin (Índia)
- Karen Tanada (Filipinas)
- Kin Chi Lau (Hong Kong)
- Kratae Supawadee (Tailândia)
- Margo Okazawa Rey (EUA)
- Marina Pikulina (Uzbequistão)
- Nicci Simmonds (Nova Zelândia)
- Nomvuyo Skota Dayile (África do Sul)
- Nora Franco (El Salvador)
- Paulynn Sicam (Filipinas)
- Sandy Fong (Fiji)
- Sima Samar (Afeganistão)
- Vera Chirwa (Malawi)
- Zainap Gaschaeva (Tchetchênia)

Comissão de Seleção

- Albertina Costa (socióloga)
- Branca Moreira Alves (advogada)
- Clarice Herzog (publicitária)
- Fátima Pacheco Jordão (jornalista)
- Ignácio Loyola Brandão (escritor)
- Leonardo Boff (escritor)
- Lúcia Xavier (assistente social)
- Luiza Barrios (socióloga)
- Maria Betânia Ávila (socióloga e pesquisadora)
- Mariluce Moura (jornalista)
- Sueli Carneiro (filósofa e diretora do Gelédes - Instituto da Mulher Negra)

Coordenação Brasil

- Coordenadora do Projeto Clara Charf
- Coordenadora de Comunicação Patrícia Negrão
- Equipe de Apoio Ana Paula Borges Pinho Patrícia Menezes
- Comitê Executivo Fátima Pacheco Jordão Jacira Melo Laura Greenhalgh Maria Betânia Ávila Maria Moraes Mariluce Moura Sueli Carneiro Vera Vieira

A estrada, que leva a juíza de direito Sueli Pini (1960) aos povoados ribeirinhos, é o rio. Ela ouve as pessoas, medeia conflitos, presta serviços de cidadania dentro de um barco. O trabalho de Sueli é uma das versões da justiça itinerante, indo até onde o povo está. Quando a juíza não navega rio acima, rio abaixo, transita pelos lugares pobres de Macapá. Cobra da prefeitura melhorias urbanas, esclarece para as pessoas que elas têm direitos. Nos primeiros anos de magistratura, Sueli teve a certeza de que não suportaria ficar "encastelada", não queria se esconder atrás da toga, desejava asas. Ou melhor, humanizar a justiça.



Sueli Pereira Pini
juíza de direito
Amapá

"Eu luto pela humanização da justiça"



Therezinha de Godoy Zerbini
advogada, ativista política
São Paulo

A advogada Therezinha Zerbini foi jogada na prisão política pelos ditadores militares. Alegação: a mulher do general Zerbini abria sua casa para subversivos. Ao deixar a prisão, ela começou a articular um movimento nacional contra a ditadura. Em 1975, criou, organizou e difundiu o Movimento Feminino pela Anistia. O que queriam essas mulheres? O fim das torturas nos porões da repressão, a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados e da democracia. Therezinha pôs a cabeça a prêmio: subiu em palanques, ajudou a fundar seções do Movimento por todo o País. Ela nunca temeu a ira dos poderosos.

"Eu sou um espírito livre"

Transformar a assistência à saúde em certificado de cidadania é o leitmotiv da vida de Albertina Duarte (1946). Nascida em Portugal, chegou ao Brasil com 10 anos de idade. Durante o curso de medicina, militou no movimento estudantil contra a ditadura militar. Médica, não se furtou a atender, clandestinamente, exiladas das ditaduras vizinhas e perseguidas políticas brasileiras. Com a volta da democracia, Albertina se engajou na criação de políticas públicas de saúde para mulheres e adolescentes. Hoje, ela é coordenadora do Programa Saúde do Adolescente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.



Foto: Nair Benedieto

Albertina Duarte Takiuti
médica ginecologista
São Paulo

“Não preciso dormir para sonhar, sonho acordada”



Alzira Rufino
ativista feminista e anti-racista
São Paulo

Nascida em uma casa de cômodos, Alzira Rufino (1950) fez da luta seu feijão com arroz. Formou-se em enfermagem e cedo descobriu o valor da organização política. Antes de muita gente, também descobriu a ligação entre as discriminações de gênero e de raça. Em 1990, fundou a Casa de Cultura da Mulher Negra, sediada em Santos (SP). A Casa é referência nacional e internacional no combate à violência doméstica e de raça contra as mulheres. lalorixá e comunicadora popular, ela está a frente de múltiplos projetos para o protagonismo das mulheres negras. Em 1992, recebeu o título de cidadã emérita da cidade de Santos.

“Mulheres negras: produzam o show e assinem a direção”

Quando começou sua militância na Ação Católica, em 1946, a sexualidade era um tema tabu. Coube à escritora Rose Marie Muraro (1930) o pioneirismo deste debate no Brasil. Publicou 26 livros, sempre com o objetivo de “dar voz às mulheres”. Foi uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira. Em 1985 integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, experiência inédita no país, que até então não dispunha de políticas públicas voltadas para as mulheres. Durante o regime militar brasileiro, teve sua obra proibida e censurada, classificada pela censura como “pornográfica”. Pagou um preço alto pelo seu pioneirismo na luta feminista e durante anos foi discriminada pelas suas idéias.



Rose Marie Muraro
escritora e ativista feminista
Rio de Janeiro

“Sem igualdade entre o homem e a mulher não pode haver paz”



Ruth de Souza
atriz
Rio de Janeiro

Ruth de Souza (1928) foi a primeira negra brasileira a se tornar atriz nacionalmente conhecida. Em 1945, fundou o Teatro Experimental do Negro. Tornou-se pioneira na presença do negro em artes dramáticas, sendo a primeira negra a subir no palco do Teatro Municipal e a representar Desdemona, personagem de William Shakespeare. Com os colegas do Teatro foi proibida de entrar numa recepção, episódio que deu origem à primeira lei contra o racismo no Brasil, em 1951. Com 60 anos de carreira, 22 filmes estrelados – disputou o prêmio de melhor atriz coadjuvante no Festival de Veneza com Katherine Hepburn e Lili Palmer –, Ruth é a prova da vitória da tenacidade contra o preconceito.

“A ganância traz infelicidade e impede a paz”

Benedita da Silva (1942) começou sua carreira política no começo da década de 80 com a fundação e a presidência da Associação das Mulheres do Chapéu Mangueira, favela no Rio de Janeiro onde cresceu, se criou e viveu durante 57 anos. À frente da Associação, estabeleceu um diálogo pioneiro entre as mulheres da favela e as instituições feministas de classe média. Elegeram-se vereadora uma vez e deputada federal duas vezes. Foi a primeira mulher negra a ser eleita para o Senado, em 1994, com mais de dois milhões de votos, e a primeira mulher a governar o Estado do Rio de Janeiro, em 2002. Benedita ocupou ainda o Ministério da Assistência Social durante um ano.



Benedita da Silva
líder política
Rio de Janeiro

"A paz está dentro de cada um de nós"



Concita Maia
educadora popular, ambientalista
Acre

Conhecida no Acre como "a guardiã das mulheres da floresta", a educadora Concita Maia (1951) é fundadora e presidente do MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, uma ONG feminista e ambientalista que une e fortalece moradoras dos nove estados da Amazônia Legal. São agricultoras, seringueiras, quebradeiras de coco babaçu, profissionais do sexo, parteiras sobrevivendo, não raro, em lugares inóspitos e de difícil acesso. "Muitas não possuem documento que as identifiquem como cidadãs e não têm acesso às leis trabalhistas, à saúde, à educação para os filhos." Para reverter essa realidade, Concita articula, informa e capacita grupos de mulheres. Presta também assessoria a parteiras do interior do Acre.

"O trabalho em rede nos fortalece"

O Parque Nacional Serra da Capivara, no sertão do Piauí, é um tesouro arqueológico e ambiental. Pinturas rupestres, distribuídas em centenas de sítios arqueológicos, compõem um dos mais antigos acervos da arte pré-histórica americana. É também uma reserva de fauna e flora. A Unesco o declarou Patrimônio da Humanidade. Niède Guidon (1933), a mais afamada arqueóloga brasileira, é a descobridora e a guardiã do tesouro. Uma guerreira que enfrenta caçadores, falta de verbas e ameaças de morte. Em 1986, ela criou a Fundação Museu do Homem Americano, responsável pela gerência e preservação desse patrimônio da humanidade.



Niède Guidon
arqueóloga
Piauí

"Me casei com o Parque Nacional Serra da Capivara"



Nilza Iraci
ativista feminista e anti-racista
São Paulo

Nilza Iraci (1950) é dessas pessoas nascidas para desafiar o destino. Garota pobre, foi salva pelo seu espírito investigador: "Eu sempre quis saber qual a razão das desigualdades". Perseguindo esta pergunta ela acabou descobrindo um talento especial: o de articuladora política. Por onde passa, deixa marcas. Nilza é uma das principais responsáveis pela interlocução do movimento feminista com o movimento de mulheres negras. O segundo talento é o de transitar, com desenvoltura, pelas Conferências Sociais da ONU e pelas organizações populares das periferias de São Paulo. Ela nunca deixa de ter um olho na cúpula e outro na base.

"Sou uma saltadora de obstáculos"

Símbolo nacional na luta pelo direito à terra, Elizabeth Teixeira (1925) deu continuidade à luta do marido, João Pedro, quando este foi assassinado por latifundiários, em 1962. Dona de casa, mãe de onze filhos, ela assumiu a presidência da Liga Camponesa da Paraíba, primeiro órgão de defesa dos agricultores no estado, fundado por João Pedro em 1958. Passou a percorrer a região, explicando aos camponeses seus direitos, enfrentando fazendeiros, denunciando as violências no campo. Organizou reuniões e coordenou atos públicos na cidade. Perseguida pela ditadura, viveu dezesseis anos na clandestinidade. Sua vida de resistência e coragem está perpetuada no filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho.



Elizabeth Teixeira
líder camponesa
Paraíba

"Paz é ver a camponesa plantando e colhendo na sua terra"



Elza Berquó
demógrafa
São Paulo

Em 1969, ao ter o direito de exercer a profissão de professora universitária cassado pelo regime militar, Elza Berquó (1931) ajudou a fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), uma associação sem fins lucrativos de análise da realidade social brasileira. Pioneira nos estudos demográficos sobre a mulher negra brasileira, também já coordenou e realizou centenas de pesquisas publicadas aqui e no exterior sobre temas diversos como família, fecundidade, envelhecimento, direitos sexuais. Paralelamente ao trabalho no Cebap, ela fundou, em 1982, o Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), no qual está à frente do Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade.

"Paz é o respeito por todo ser humano sem exceção"

Marina Silva (1958) é ministra do Meio Ambiente no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ao ser escolhida para a pasta, não causou surpresa. Sua luta a favor da Floresta Amazônica e das pessoas que nela vivem é reconhecida por todos. Ela nasceu em um seringal no Acre. Antes de ser ministra, sempre pelo PT, foi líder comunitária, vereadora, deputada e senadora. Sua história política começou ao lado de Chico Mendes pela defesa de uma Amazônia sustentável. Em 1988, Chico foi assassinado. Marina continuou e continua na busca de relações harmoniosas entre economia e natureza, entre vida e qualidade.



Maria Osmarina Marina Silva de Lima
Ministra do Meio Ambiente
Brasília

"As mulheres já deram certo. Somos um sucesso"



Maria Stella de Azevedo Santos
ladorixá
Bahia

Quando tinha cinqüenta anos, a então enfermeira Maria Stella de Azevedo Santos (1925) foi escolhida para a função de ladorixá do terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá – um dos mais tradicionais do Brasil. Tornou-se a Mãe Stella de Oxóssi (o orixá caçador). Ao lado da liderança espiritual, Mãe Stella é uma líder comunitária de primeira grandeza. No terreiro em Salvador, mantém um Museu de Candomblé, projetos de geração de renda e uma escola de ensino fundamental, onde o idioma iorubá é ensinado para as crianças. Aos oitentas anos, ela segue afirmando o orgulho de ser afrodescendente e a força transformadora dos orixás.

"Sem paz e sem liberdade, nada pode ser feito"

Ela é incansável. Dá plantão em um hospital público de Belo Horizonte (MG), escreve uma coluna semanal para um grande jornal, dirige a maior rede feminista de saúde do País, é especialista em bioética, biossegurança e nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Quem a conhece também acrescenta que ela é exímia articuladora política. Vinda de uma família humilde do sertão maranhense, com pai branco e mãe negra, Fátima Oliveira (1953) é uma das responsáveis pela atenção à saúde das mulheres negras. Seu nome está ligado aos estudos da anemia falciforme, da qual os negros têm maior predisposição biológica.



Fátima Oliveira
médica, ativista feminista
Minas Gerais

"Temos muito trabalho pela frente. Para muitas gerações"



Givânia Maria da Silva
ativista, vereadora
Pernambuco

Givânia Maria da Silva (1966) nasceu em Conceição das Crioulas, quilombo no interior de Pernambuco. Primeira mulher da comunidade a adquirir diploma universitário – formou-se em Letras e Literatura Portuguesa – e a ter cargo político, ela milita pela retomada e legalização dos quilombos e contra o racismo. Ajudou a realizar o primeiro encontro de representantes quilombolas de todo o país e a criar, em 2000, a Conaq – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, da qual é uma das coordenadoras. Trabalha também para seu povo. Em 2000, elegeu-se vereadora, reeleita em 2004. Conceição das Crioulas tem hoje escola de 5a a 8a série, cisternas, programa de saúde da família e de geração de renda.

"A paz não é individual, é coletiva."

A garra de Berenice Dias (1947) parece sem fim. Para brilhar no mundo da advocacia, ela enfrentou e dobrou muitos machismos. Se tornou famosa nacionalmente ao abraçar causas de segmentos discriminados. Entusiasta das liberdades civis, é favorável ao reconhecimento legal de 'novos tipos de união'. Ela trabalha com Direito de Família e defende a tese de que "onde existem laços de afetividade, existe uma família". Ela também defende o direito das mulheres fazerem escolhas, mesmo quando essas escolhas desafiam os modelos. Berenice Dias é a primeira desembargadora mulher do estado do Rio Grande do Sul.



Maria Berenice Dias
desembargadora
Rio Grande do Sul

"Creio que são as mulheres que revolucionarão o mundo"



Maria José de Oliveira Araújo
médica, ativista feminista pela saúde da mulher
Brasília

A médica Maria José de Oliveira Araújo (1949) é coordenadora do Departamento de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Na linha de frente da política nacional, faz valer os ideais para os quais direcionou sua vida profissional: direitos reprodutivos e sexuais e atendimento humanizado à mulher. Antes de chegar à Brasília, Maria José participou da criação de importantes organizações, publicações e ações políticas. Fundou, com um grupo, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Em 1989 e 2001, comandou o setor de saúde da mulher da Prefeitura de São Paulo e implementou, pela primeira vez no país, o serviço de aborto em hospitais públicos para os casos previstos em Lei.

"Minha força é a luta pela proteção social das mulheres pobres"

No quarto mandato de deputada estadual, Heloneida Studart (1932) tem feito do poder público um espaço de defesa dos direitos humanos e da luta contra a opressão feminina. Sempre militou pela redemocratização do país. Em 1975, fundou o Centro da Mulher Brasileira. Com as feministas de então, trabalhou pela anistia e participou da criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Romancista com doze livros publicados, entre eles o ensaio "Mulher Objeto de Cama e Mesa", que alcançou 200 mil exemplares vendidos, Heloneida é autora de teatro reconhecida pelo público. "Homem Não Entra", seu sexto título, ficou em cartaz por cinco anos defendendo bandeiras de avanço e promoção das mulheres.



Heloneida Studart
escritora, deputada estadual
Rio de Janeiro

"A sede de justiça é o que me define"



Hilda Dias dos Santos
lalerixá
Bahia

Mãe Hilda (1923) é uma das mães-de-santo mais respeitadas do Brasil. Em 1952, ela fundou o terreiro de candomblé Ilê Axé Jitolu, situado no bairro da Liberdade - o mais negro dos bairros de Salvador. Acreditando que religiosidade e solidariedade andam juntas, Mãe Hilda abriu uma escola para crianças e adolescentes da comunidade, conjugando ensino formal com ações fomentadoras de auto-estima. O Ilê Axé Jitolu também trabalha contra o racismo que solapa a população negra. Em 1974, na sala de estar de Mãe Hilda, nasceu o Bloco Ilê Aiyê. Formado só por negros, o bloco põe na rua o orgulho das africanidades.

"Um terreiro de candomblé é uma escola para a vida"

Há duas décadas, Maninha Xukuru (1966) enfrenta latifundiários, políticos, posseiros e opositores em geral. Sua luta: recuperar o território de seu povo, os xukuru-kariri. Hoje, são 1300 vivendo em seis aldeias, distribuídas em cerca de mil hectares no interior de Alagoas. Brigam por 15 mil hectares. Esteve à frente de várias retomadas de terra e, em 1994, ajudou a fundar a Apoinme – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, da qual faz parte da coordenação. As diversas ameaças de morte não a fazem desistir. "Só unidos temos força para enfrentar a pressão contra a demarcação de terra e para reivindicar políticas públicas que atendam a necessidades básicas como saúde e educação."



Maninha Xukuru
líder indígena
Alagoas

"A sociedade tenta negar nossa origem"



Mara Régia Di Perna
radialista, comunicadora social
Brasília

Os programas radiofônicos de Mara Régia Di Perna (1952) chegam nos ouvidos e corações das mulheres da floresta, espalhadas pelos nove estados da Amazônia Legal. Comprometidos com o diálogo e a interatividade, os programas instruem, divertem e conectam as ouvintes. Os assuntos são variados: saúde, filhos, paixões, frustrações, uso de ervas medicinais, dicas para geração de renda. Apaixonada pelo rádio desde a infância e com quilômetros de experiência, Mara Régia é uma das pioneiras na radiodifusão de gênero. Sua comunicação enxerga a mulher não como consumidora, mas como cidadã.

"Sou uma comunicadora popular, uma prestadora de serviço social"

Eleita pela primeira vez em 1992, Jurema Batista (1947) cumpriu três mandatos de vereadora. Fundadora do Partido dos Trabalhadores, ela tem sua base eleitoral no Morro do Andaraí, no Rio de Janeiro, onde nasceu e se criou. Professora de Literatura Brasileira, sua primeira atuação comunitária se deu na área de educação para crianças carentes. Militante do movimento de favelas, do movimento negro e do movimento de mulheres, em 1985 fundou a organização não-governamental Nizinga Coletivo de Mulheres Negras. Jurema é hoje deputada estadual e presidente da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça Cor Etnia Religião e Procedência Nacional.



Jurema Batista
ativista anti-racista, deputada estadual
Rio de Janeiro

"A paz só existirá no reconhecimento do potencial das diferenças"



Lair Guerra de Macedo
infetologista, gestora pública
Brasília

Em 1986, os prognósticos para a pandemia do HIV/Aids, no Brasil, eram sinistros. Então surgiu uma guerreira com assombrosa capacidade de trabalho. Lair Guerra de Macedo (1943) foi a arquiteta do Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde. Programa que é, hoje, referência internacional. Tendo como princípio "a saúde como direito de todos", ela conseguiu que o Estado bancasse a distribuição gratuita e universal do coquetel antiAids. Em 1996, foi vítima de um acidente de carro que quase a matou. Apesar das graves seqüelas, ela segue tendo muito a ensinar acerca de saúde e cidadania.

"Trabalhei sem descanso para livrar os brasileiros da Aids"

Leila Linhares Barsted (1945) cursava Direito quando iniciou sua militância política de esquerda. Participou, em 1975, da fundação do grupo Ceres, pioneiro no novo feminismo no Brasil e responsável pela ativação do movimento em diversos estados do país. Hoje, ela atua na Comissão Estadual de Segurança da Mulher, que monitora o governo em ações como manutenção de abrigos para vítimas de violência e delegacias especializadas. Já na Cepia (Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação), sua agenda tem outro item fundamental: a defesa da legalização do aborto. Como diretora da ONG, Leila está nas Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro e luta pela descriminalização do aborto no país.



Leila Linhares Barsted
advogada, ativista feminista
Rio de Janeiro

"A fraternidade entre as mulheres foi o motor da criação do movimento feminista"



Lenira Maria de Carvalho
líder comunitária
Pernambuco

Filha de trabalhadora doméstica, Lenira Maria de Carvalho (1932) já na infância foi obrigada a aprender o ofício e, como a mãe, a enfrentar jornada de trabalho de mais de doze horas diárias em troca de cama e comida. Ao contrário da mãe, não se conformou. Com outras jovens, fundou a associação da categoria, conheceu várias lideranças, pressionou políticos. Na Constituição de 88, conseguiram aprovar férias, aviso prévio, décimo-terceiro salário, licença-maternidade. Em 1988, participou da criação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Recife, no qual são atendidas 7 mil pessoas por ano. Sua briga agora é para que as trabalhadoras domésticas tenham direito à casa própria e à aposentadoria digna.

"O maior direito é a preservação da dignidade"

Na década de 80, Luci Teresinha Choinacki (1954) viajava pelo interior de Santa Catarina mobilizando as trabalhadoras do campo. Ajudou a estruturar o Movimento de Mulheres Agricultoras daquele estado e o Partido dos Trabalhadores, do qual se tornou secretária executiva e fundou núcleos em várias comunidades. Em 1986, a pedido das trabalhadoras rurais, se candidatou e se elegeu deputada estadual. Quatro anos depois, foi eleita deputada federal. Luci milita pelos direitos das mulheres e pela reforma agrária. Conseguiu, para as agricultoras, aposentadoria e licença maternidade. Reeleita pela terceira vez em 2002, quer agora conquistar descanso remunerado a partir dos 60 anos para as donas-de-casa.



Luci Teresinha Choinacki
deputada federal
Santa Catarina

"Eu me enxergo em cada mulher pobre e reprimida"

Foto: Nair Benedieto



Luiza Erundina de Souza
líder política, deputada federal
São Paulo

Ela nasceu na Paraíba, um dos estados mais pobres da federação. Migrou para São Paulo e, ao exercer a profissão de assistente social, tornou-se uma líder popular. Brigou por moradias e por dignidades. Enfrentou a polícia em manifestações de rua. Em 1988, Luiza Erundina (1934) tornou-se a primeira prefeita mulher da maior cidade da América do Sul. Imprimiu sua marca no jeito de governar: levar a sério as necessidades dos mais pobres. Ela pôs a periferia no centro de sua agenda. Melhorou a saúde e a educação. Depois da prefeitura, seguiu ganhando eleições. Hoje é deputada federal pelo estado de São Paulo.

"Para ter paz, precisamos construir justiça social"

Nos anos 70, quando vários países da América Latina viviam as crueldades da ditadura militar, Jacqueline Pitanguy (1945) destacou-se na criação e consolidação de uma bandeira feminista que contribuiu para a resistência aos tiranos. No final da década de 80, participou do processo de redemocratização do Brasil, defendendo sobretudo políticas públicas que atendessem aos interesses das mulheres. Hoje, sua atuação vai além do cargo de diretora da Cepia (Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação), ONG criada por ela, em 1990, que defende os direitos das mulheres. Fundadora do Fórum da Sociedade Civil das Américas, Jacqueline tornou-se uma importante e respeitada liderança na área dos direitos humanos em todo o Continente.



Jacqueline Pitanguy
socióloga, cientista política
Rio de Janeiro

"O movimento feminista é a busca de interlocução com o outro"



Joênia Batista de Carvalho
advogada
Roraima

De etnia wapichana, Joênia Batista de Carvalho (1974) nasceu em Roraima e é a primeira índia a se formar advogada no país. Estudou "para defender seu povo". Trabalha no Conselho Indígena de Roraima (CIR) e atua pelos direitos territoriais dos índios. Busca justiça também para vítimas das mais diversas violações: ameaças de morte, torturas, discriminação racial. Por meio de palestras e cursos, procura conscientizar lideranças indígenas sobre seus direitos. Num estado em que os índios são extremamente discriminados, Joênia não só conseguiu o diploma, mas, sobretudo, se fazer ouvir. É hoje referência nacional e internacional reconhecida pelos poderes públicos.

"Para nós, índios, paz é viver livres de ameaças, invasões e destruições"

No período brutal do regime militar, Margarida Genevois (1923) escondeu presos políticos, encaminhou vários deles ao exílio, denunciou as arbitrariedades a organismos internacionais. Atravessou fronteiras para apoiar vítimas das ditaduras da Argentina, Chile, Uruguai. Restaurada a democracia, continua a protestar, pressionar autoridades e a delatar as injustiças contra milhares de brasileiros até hoje asfixiados: desempregados, camponeses sem terra, jovens infratores. Esteve à frente de campanhas contra a lei de Segurança Nacional, pela Anistia. Atuou por 25 anos na Comissão Justiça e Paz da Diocese de São Paulo. Atualmente faz parte de um projeto nacional de educação em direitos humanos.



Margarida Genevois
ativista pelos direitos humanos
São Paulo

"A Paz só será alcançada com democracias verdadeiras e efetivas"

Foto: Nair Benedieto



Maria Amélia de Almeida Teles
ativista feminista e de direitos humanos
São Paulo

"A vontade de lutar corre nas minhas veias"

Pensou em feminismo brasileiro, pensou em Heleieth Saffioti (1934). Ela escreveu dezenas de livros acerca das mulheres. São ensaios que tratam do patriarcado, da violência e da discriminação de gênero. Ela dá palestras em todo o País, fala para intelectuais e para donas-de-casa. Se autodefine como uma educadora 24 horas. "Ensino na sala de aula, no metrô, no supermercado." Seu trabalho teórico é referência obrigatória e prazerosa para todos que queiram se aprofundar no tema da dominação masculina sobre as mulheres. As idéias de Heleieth, vivas e provocadoras, têm sabor polêmico e talento para fazer escola.



Heleieth Saffioti
socióloga e professora
São Paulo

"Quando alcançamos o objetivo é que começa o trabalho"



Helena Greco
ativista política
Minas Gerais

Helena Greco (1926) já tinha sessenta anos quando se engajou na luta contra a ditadura militar, nascida com o golpe de 1964. Com simplicidade e coragem fundou e dirigiu o Movimento Feminino Pela Anistia em Minas Gerais. A volta dos exilados e a segurança dos perseguidos políticos se tornaram a preocupação de todos os seus dias. Escapou de um atentado a bomba e de uma série de ameaças a sua integridade física. Com a restauração da democracia, Helena seguiu na luta. Participou ativamente do Grupo Tortura Nunca Mais. Elegeu-se vereadora e criou a primeira Comissão Permanente de Direitos Humanos em uma câmara municipal.

"Cansar de lutar pelos direitos humanos? Nunca!"

Maria José Motta (1944) sempre esteve envolvida com arte: desde a infância, num colégio interno, até a profissionalização num curso de teatro, no qual foi descoberta para a produção de um musical. Filha de uma costureira e de um músico, sua vocação de cantora foi identificada pelo pai ainda na juventude. Atriz, cantora e diretora da organização não-governamental Cidan (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), que apóia jovens negros na difícil tarefa de ser ator, Zezé Motta tem ajudado a valorizar a mulher negra por meio de personagens marcantes, como Chica da Silva e Dandara, escravas que ela protagonizou no cinema.



Maria José Motta
atriz
Rio de Janeiro

“Paz são os direitos humanos levados a sério”



Maria José Rosado Nunes
ativista feminista, professora universitária
São Paulo

Maria José Rosado Nunes (1945) foi a primeira freira brasileira a criticar publicamente as atitudes machistas da ala progressista da Igreja Católica. No início dos anos 80, ela contestou os religiosos que “lutavam por justiça social mas nada faziam contra o fato de mulheres não poderem se ordenar e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher”. Por vinte anos, Maria José dedicou-se à vida religiosa. Desligada da Igreja, fundou, no Brasil, a instituição Católicas pelo Direito de Decidir, que faz campanhas e dá cursos e palestras para profissionais da saúde, educação, mídia e de ONGs. Maria José é também professora de Sociologia da Religião e de Gênero na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

“A mulher pode viver a fé católica com dignidade, liberdade e prazer”

“Onde está Fernando?” Elzita Santa Cruz Oliveira (1913) nunca obteve resposta para a pergunta que fez ecoar Brasil afora. Nos anos 70, época em que o país vivia sob terror e medo, a dona-de-casa Elzita enfrentou quartéis, secretarias de segurança e órgãos de repressão à procura de Fernando, quinto de seus dez filhos. Buscou ajuda de entidades nacionais e internacionais. Reuniu e encorajou outras mães – a maioria amedrontada – para assinar manifestos. Ajudou a fundar o Movimento pela Anistia em Pernambuco e, mais tarde, o Partido dos Trabalhadores daquele estado. Foi à Argentina solidarizar-se com as mães da Praça de Maio. Simboliza todas as mães brasileiras que tiveram seus filhos vítimas da opressão do regime militar brasileiro.



Elzita Santa Cruz Oliveira
dona-de-casa
Pernambuco

“Criei meus filhos para saberem defender o que acham certo”



Eva Alterman Blay
pesquisadora e professora universitária
São Paulo

Uma das primeiras intelectuais a levar a questão de gênero para dentro da universidade, Eva Blay (1937) enfrentou, nos anos 60 e 70, não só a censura do regime militar, mas o preconceito dos acadêmicos, que achavam esse um “tema menor”. Defendeu com sucesso os direitos da mulher: em 1985 fundou, na Universidade de São Paulo, o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), do qual é diretora científica. Atuou também na criação de políticas públicas específicas para a mulher. Defendeu igualdade salarial e cota mínima para candidatas mulheres. Foi senadora. Presidiu o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, quando ajudou a implantar um programa de creches e a criar a primeira Delegacia da Mulher.

“Paz é não estar subordinada a ninguém e a nada”

Pioneira, no Brasil, no estudo de doenças neuromusculares, Mayana Zatz (1947) é referência mundial no estudo de genética humana. Com cerca de 200 obras científicas publicadas em revistas internacionais, seu trabalho não se restringe ao laboratório. Ela fundou, em 1981, a Associação Brasileira de Distrofia Muscular, que atende crianças, jovens e seus familiares, a maioria de baixa renda, e pela qual já passaram 20 mil pessoas. Mayana coordena também o Centro de Estudos do Genoma Humano. Ela e sua equipe localizaram seis genes ligados à distrofia, fato importante para futura descoberta da cura da doença. É voz ativa no Congresso Nacional, onde teve importante papel na liberação, para pesquisa, de células-tronco embrionárias.



Mayana Zatz
cientista
São Paulo

"O que mais importa na vida: paz, harmonia e saúde"



Moema Libera Viezzer
socióloga, educadora popular
Paraná

"Sou totalmente comprometida com processos de transformação"

Trabalhadora doméstica desde os 10 anos de idade, Creuza Maria Oliveira (1957) é hoje um exemplo nacional na luta pelos direitos de sua categoria, pela igualdade racial e pela erradicação do trabalho infantil doméstico. Participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia, que hoje atende 40 pessoas por dia, e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, da qual é presidente. Faz de sua dura história um exemplo no combate ao trabalho infantil doméstico. Busca conscientizar políticos e a população em geral e dá cursos de formação para jovens domésticas. Ensina seus direitos como cidadãs. E mais: a se amarem como mulheres, negras e profissionais competentes.



Creuza Maria Oliveira
sindicalista
Bahia

"Não tem paz um país que fecha os olhos para o trabalho infantil"



Eliane Potiguar
líder indígena
Rio de Janeiro

Nascida em um gueto indígena no Rio de Janeiro formado por índios migrantes da Paraíba, Eliane Potiguar (1950) foi criada pela mãe e pela avó, que teve forte influência no seu conhecimento das tradições indígenas. Pioneira na tarefa de dar voz a mulheres indígenas, Eliane é fundadora da primeira organização indígena no país, o Grumim (Grupo Mulher e Educação Indígena), hoje transformado na Rede de Comunicação Indígena. Em 1991, ela organizou, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, reunindo mais de 200 representantes de diferentes comunidades. Escritora, ela articula também um grupo de autores indígenas voltados para a preservação dessa cultura.

"Com a minha avó aprendi o valor do indígena"

Os antepassados dos quilombolas Calunga, de Monte Alegre (GO), souberam se esconder muito bem dos brancos. Chegar até a líder comunitária Procópio dos Santos Rosa (1933) exige conhecimento, tempo e disposição. Por toda sua vida, ela ajudou as pessoas a nascerem: “ando por aí e ouço: bênção, mãe Procópio”. Além de parteira, ela é uma guerreira pelo bem-estar de sua gente. Analfabeta, mas sábia, trouxe a escola de primeiro grau para o quilombo. Conseguiu breca a construção de uma barragem, no Rio Paraná, que alagaria as terras calunga. Como? Segundo ela mesma conta “com verdade e firmeza no coração”.



Procópio dos Santos Rosa
líder quilombola calunga
Goiás

“Falo com calma, olhando nos olhos dos poderosos”



Raimunda Gomes da Silva
líder camponesa
Tocantins

Carismática e corajosa, dona Raimunda do Coco (1944), como é conhecida e respeitada, defende a importância do extrativismo para a renda familiar. Enfrenta latifundiários desde os anos 80, quando participou da criação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Tocantins. Em 1992, reuniu mulheres e fundou uma associação de quebradeiras de coco com o objetivo de tornar o extrativismo e o artesanato mais produtivos. Três anos depois, Raimunda assumiu a coordenação da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, que atende cerca de 8 mil mulheres em oito Estados da Amazônia, oferecendo a elas cursos sobre conscientização de gênero e política e atividades de geração de renda.

“Como uma mãe pode ter paz sem ter como alimentar os filhos?”

Ana Maria Machado (1941) nasceu num tempo em que a presença das mulheres na literatura ainda era insignificante. Hoje, sua obra está imortalizada na Academia Brasileira de Letras, da qual faz parte. Primeira autora infanto-juvenil da academia, ela faz questão de ressaltar a importância desse lugar na sua luta contra o preconceito com as crianças – sempre vistas como um público de segunda categoria –, privilegiadas nos mais de 100 livros que a escritora já publicou no país. Entre tantas atividades, uma ocupa a escritora há mais de vinte anos: a formação de professores nos países em desenvolvimento na América Latina. Organizadora de seminários para a Unesco sobre o assunto, ela faz palestras, conferências e promove cursos para educadores.



Ana Maria Machado
escritora
Rio de Janeiro

“Trabalhar com a linguagem é dar voz aos que não têm voz”



Ana Montenegro
advogada e ativista política
Bahia

Aos 30 anos, Ana Montenegro (1915) entrou para o Partido Comunista Brasileiro e tornou-se uma comunista vitalícia. O Partido acabou, mas ela segue com a convicção de que a humanidade só tem duas opções: socialismo ou barbárie. Ana sempre esteve ligada às organizações e aos anseios populares. Envolveu-se em reivindicações de moradia, saúde, educação, salário. Ao lado da ação, Ana escreveu livros de ensaios e de poesias. Com o golpe de 1964, partiu para o exílio. Voltou com a anistia de 1979 não para receber louros, mas para seguir na luta. Abriu mais duas frentes: o ativismo em prol das mulheres e da população negra.

“Respeitar o povo é atender suas necessidades”

Schuma Schumacher (1952) conheceu os caminhos do feminismo na década de 70, quando participou da fundação do Centro da Mulher Brasileira e do primeiro SOS Mulher do País. O trabalho do SOS Mulher, de tão relevante, impulsionou a criação das Delegacias da Mulher. Em 1987, participando do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, integrou o "lobby do batom" - movimento que lutou pela inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. Hoje, Schuma é uma das coordenadoras da Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano, no qual idealizou e organizou o livro Dicionário Mulheres do Brasil.



Schuma Schumacher
ativista feminista, pedagoga
Rio de Janeiro

"Paz é entender que não é natural a mulher estar em segundo plano"



Silvia Pimentel
advogada, professora universitária
São Paulo

Há trinta anos, Silvia Pimentel (1940) combate as desigualdades sócio-jurídicas contra as mulheres. Formada em advocacia, ela usa o saber acadêmico para enfrentar temas polêmicos como violência doméstica, tráfico de meninas e adultas, homossexualidade e aborto. Soma inúmeras vitórias. Nacionais: elaborou, com a feminista Florisa Verucci, o Novo Estatuto Civil da Mulher, baseado na igualdade de gênero e incorporado no novo Código Civil de 2002. E internacionais: assumiu, em janeiro de 2005, o cargo de vice-presidente da mais alta instância de defesa dos direitos da mulher, o Comitê Cedaw da ONU.

"As mulheres ainda enfrentam discriminação em todo o mundo"

Equipe de Redação

Carla Rodrigues
Fernanda Pompeu
Patrícia Negrão

Projeto Gráfico

É Tutoria de Comunicação

Assessoria de Imprensa

Anexo Comunicação

Contato

Anexo Comunicação
Elisa Marconi - elisa@anexocom.com.br
Priscila Cotta - priscila@anexocom.com.br
Telefone: (11) 3082-5553

Escritório 1000 Mulheres
Telefones: (11) 3337-3109 / (11) 3224-9454

Apoio



Rubens Naves • Santos Jr. • Hesketh
Escritórios Associados de Advocacia



Na década de 80, Vanete Almeida (1943) começou a atuar nos sindicatos dos trabalhadores rurais do sertão central de Pernambuco. Única mulher em um espaço dominado pelos homens, ela rompeu com o machismo e partiu para a mobilização das mulheres no campo. Nas primeiras reuniões, apareciam três, quatro, amedrontadas e envergonhadas. Hoje, são 800 grupos de mulheres no Nordeste e elas – antes caladas – dirigem sindicatos, coordenam encontros e reivindicam direitos trabalhistas, saúde, educação, conservação do meio ambiente. A persistência e entusiasmo de Vanete chamaram a atenção do Brasil e do mundo. Ela agora coordena a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, na qual articula grupos de 25 países.



Vanete Almeida
líder camponesa
Pernambuco

“Enquanto houver gente sem terra e mulher sem voz, estarei na luta”



Zenilda Maria de Araújo
líder indígena
Pernambuco

Considerada a mãe dos Xukuru de Ororubá, Zenilda Maria de Araújo (1950) impulsionou o resgate da cultura e do território dessa etnia do agreste pernambucano. Até 1998, ao lado do marido, cacique Xicão, conscientizou os índios de seus direitos e formou lideranças. Naquele ano, ele foi assassinado. Zenilda, também ameaçada de morte, não se acovardou. A pedido de seu povo, continuou à frente das retomadas de terra e da valorização dos rituais e costumes dos 9 mil Xukuru, que vivem em 24 aldeias, na serra de Ororubá, interior de Pernambuco. Graças à iniciativa e à persistência de Zenilda, Xicão e do pajé, os Xukuru recuperaram seus rituais, proibidos durante séculos, parte de suas terras e aprenderam a se organizar em comunidade.

“A terra é nossa mãe e deve ser protegida”

Em 104 anos de Nobel, apenas 13 mulheres foram laureadas com o prêmio da Paz. Em 2005, no entanto, mil mulheres, entre as quais 52 brasileiras, poderão receber o prêmio coletivamente. Elas concorrerão de mãos dadas, entrelaçadas em um único projeto: o 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005.

A Associação 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 criou o projeto com o objetivo de chamar a atenção pública para o importante, embora pouco reconhecido, papel da mulher na construção de um mundo mais solidário e pacífico.

Paz, mesmo em tempo de guerra, é mais do que oposição à violência. É conjunção, equilíbrio, entendimento, concórdia. Fazer paz é conciliar, respeitar, defender o cumprimento do pacto dos direitos sociais, políticos e civis do povo de uma nação. Agir pela paz é trabalhar pelo direito à nutrição, à saúde, à educação básica, à igualdade entre gêneros, à autonomia da mulher, à diferença sem discriminação.

Foram necessários dois anos para selecionar mil mulheres tão fortes. A

seleção aconteceu em várias etapas, o que garantiu um processo democrático e justo. Primeiramente, foram escolhidas as coordenadoras de cada país ou região. Em seguida, o comitê internacional do 1000 Mulheres definiu o número de candidatas por país, levando em conta a representatividade demográfica. Depois disso, foram montados comitês executivos regionais para desenvolver o projeto.

No Brasil, uma ampla divulgação do projeto e o apoio de redes estimularam a indicação de mulheres lutadoras de todo o país. Foram recebidas 262 biografias. Uma comissão de seleção, cumprindo a cota que nos correspondia, avaliou todas as indicações e selecionou as 52 brasileiras que irão compor as 1000 Mulheres do Mundo.

As selecionadas são de diferentes estados, classes sociais, etnias, níveis educacionais e áreas de atividade. As semelhanças entre as nomeadas são definidas por princípios comuns. São todas lutadoras por um mundo menos desigual e mais prazeroso. Parteiras de princípios éticos, vêem na construção de vidas dignas, em suas comunidades e no planeta, o verdadeiro sentido da paz.